

10 OUT 2002

Reforma do Judiciário Comissão de Constituição e Justiça recomeça a análise das 133 emendas ao texto

Senado Federal quer concluir votação da proposta neste ano

VALOR ECONÔMICO

Layrce de Lima
De Brasília

O senador Bernardo Cabral (PFL/AM), relator da reforma do Judiciário, apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu parecer recomendando a rejeição de 75 das 133 emendas ao texto apresentadas em plenário. Cabral ainda considera 30 emendas prejudicadas e pede a aprovação de apenas 28 sugestões dos senadores. Segundo o relator, a maior parte das emendas repetidas sugestões já rejeitadas quando foram apreciadas as emendas da comissão. Mas a rejeição da maior parte das emendas de plenário também favorece sua estratégia de votação do parecer ainda neste ano para evitar que a proposta de Emenda Constitucional nº 29 troque de relator em 2003.

Bernardo Cabral aproveitou a sessão de ontem para votar o parecer sobre quatro emendas apresentadas pelos senadores presentes à comissão. Um pedido de vista coletiva, feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP) logo em seguida, adiou a avaliação do restante do parecer para 30 de outubro, após o segundo turno

das eleições. De acordo com Suplicy, o prazo será importante para que todos os integrantes possam examinar melhor o parecer, que só foi distribuído ontem.

Um acordo de líderes foi fechado para garantir o empenho de todos os partidos para a votação da matéria, que terá prioridade nos trabalhos da CCJ. Os senadores cogitam até mesmo a realização de sessões extraordinárias às segundas e sextas-feiras durante o mês de novembro, para que o parecer do relator seja encaminhado ao plenário e apreciado em dois turnos até 15 de dezembro. Depois do Senado, a proposta precisa ser votada novamente na Câmara dos Deputados, de onde saiu há dois anos, antes de seguir para a sanção presidencial.

Bernardo Cabral admitiu que tem pressa na votação porque não foi reeleito para a vaga no Senado nas eleições do último domingo. "Quero garantir a continuidade da reforma", disse. Se o texto atual não for aprovado ainda neste mandato, será necessária a escolha de um novo relator em 2003. O nome mais cotado para a vaga é o do senador Jefferson Peres (PDT/AM). "O novo relator terá um trabalho

insano, não vai conseguir e será como na Câmara, onde foram substituindo os relatores e levaram dez anos para votar", justificou.

Entre os itens aprovados ontem está o parecer favorável do relator à emenda 111, que prevê mudança no artigo 94 da Constituição Federal. Apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT/SP), a emenda acrescenta parágrafo estendendo para os integrantes de Tribunais Regionais Federais a quarentena já prevista para o Supremo Tribunal Federal (STF) no texto da reforma. A emenda 159, que atrela a remuneração do Ministério Público aos salários do Poder Judiciário, também recebeu parecer favorável e foi aprovada por unanimidade. Mas a emenda 197, do senador Antônio Carlos Magalhães Júnior (PFL/BA), foi modificada pela comissão. O senador pretendia proibir que os juízes federais pudessem recusar promoções para não serem removidos de comarca. Mas Bernardo Cabral lembrou aos colegas que a emenda se chocaria com o princípio da inamovibilidade do magistrado. O texto aprovado prevê que a promoção e remoção "por interesse público" será possível a partir da segunda recusa do juiz.